

# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 24/2025



### Relatório

O Projeto de Lei nº 24/2025 proposto pelo Chefe do Poder Executivo visa obter autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente e dá outras providências.

Até o momento, os autos são compostos pelo ofício nº 0062/2025/GPFA (fls.02/03), do Projeto de Lei nº 24/2025 (fls. 04/07), despacho inicial da Presidente da Câmara (fls. 08/09), despacho da Presidente da Comissão de LJRF (fls.10), Declaração de superávit e balanço patrimonial (fls.11/16), Análise Técnica da Assessoria Financeira e Contábil (fls.17/18).

É o essencial a relatar.

### Fundamentação

#### Constitucionalidade e legalidade

Sobre a matéria objeto da proposição, a qual se refere a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente, não há dúvidas que o município é competente para legislar a respeito, ante o que dispõe o art. 30, inc. I da CF/88 c/c art.70, inc. II da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho (LOMBD). Outrossim, a iniciativa da proposição compete privativamente ao Prefeito, nos termos do art. 74, inc. II, alínea "h" da LOMBD.

O Poder Executivo justifica que os créditos suplementares a serem abertos serão aplicados em cumprimento de acordos judiciais condicionados a implementação de medidas emergenciais para destinação final adequada dos resíduos, revitalização do patrimônio histórico-cultural da "Biquinha", despesas das áreas de Saúde e Educação do município.

Diante das questões técnicas que envolvem a proposição, o presidente desta comissão solicitou a análise técnica da Assessoria Financeira e Contábil desta casa, a qual concluiu que não há obstáculo para prosseguimento da proposição, conforme fls.17/18.

A proposição apresentada encontra-se de acordo com as normas regimentais, não sendo constatado inconstitucionalidade ou ilegalidade, razão pela qual este processo legislativo está apto a prosseguir.

Por fim, ressalta-se que a presente proposição não é passível de emenda quanto a destinação dos recursos, haja vista a independência orçamentária e financeira dos poderes públicos. Também não são possíveis emendas que alterem substancialmente ou gerem





despesa, conforme entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, manifestado no julgamento da ADI nº 4138<sup>1</sup>:

O poder de emendar projetos de lei – que se reveste de natureza eminentemente constitucional – qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, precisamente por não traduzir corolário do poder de iniciar o processo de formação das leis (RTJ 36/382, 385 – RTJ 37/113 – RDA 102/261), pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de **reserva de iniciativa**, desde que – **respeitadas as limitações** estabelecidas na Constituição da República – as emendas parlamentares (a) **não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei e** (b) **guardem afinidade lógica com a proposição original (vínculo de pertinência)**

#### Redação Final

Em relação a Redação Final, o texto se mostra adequado e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95/98, sem necessidade de emendas de redação.

#### Conclusão

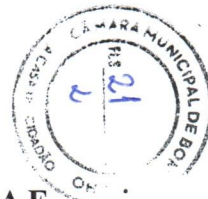
Ante o exposto, nos termos do art. 88, I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho, entendo que o Projeto de Lei nº 24/2025 é constitucional e legal, bem como possui redação adequada, assim como tramita de forma regimental, sendo meu parecer pela sua aprovação nesta Comissão.

Bom Despacho, 22 de abril de 2025.

Igor Soares  
Vereador relator

<sup>1</sup> ADI 4138, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 17/10/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 06-03-2019 PUBLIC 07-03-2019





## ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO/MG

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 16:30 h (dezesesseis horas e trinta minutos), realizou-se a Reunião da Comissão Parlamentar de **LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**, convocada de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho, da qual tomaram parte os vereadores **Igor Soares (Presidente)**, **Eltinho (Secretário)** e **Eduardo Estrutura**. No horário mencionado, deu-se início à presente reunião, sendo constatada a presença dos vereadores acima nominados, em número necessário para abertura da reunião e prosseguimento dos trabalhos. O Vereador Presidente da Comissão passou imediatamente à Ordem do Dia:

**1) Discussão e Deliberação sobre o PL 24/2025**, de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente e dá outras providências. O Relator Vereador Igor Soares, após parecer técnico contábil, apresentou seu parecer escrito pela **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E LEGALIDADE** da proposição, **sem emendas**, sendo o parecer lido e aprovado por unanimidade, para prosseguimento do processo legislativo, com encaminhamento da proposição para as demais Comissões para deliberarem sobre o mérito do projeto.

**2) Discussão e Deliberação sobre o PL 25/2025**, de autoria do Prefeito Municipal que dispõe sobre a revisão dos valores dos vencimentos dos profissionais do Magistério Público Municipal integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração.. O Relator Vereador Eltinho, apresentou seu parecer escrito pela **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E LEGALIDADE** da proposição, **com emendas**, sendo o parecer lido e aprovado por unanimidade, para prosseguimento do processo legislativo, com encaminhamento da proposição para as demais Comissões para deliberarem sobre o mérito do projeto.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião. Eu, **Alexandre Simão de Araújo**, Procurador Jurídico, lavrei a presente ata, que segue assinada por todos os presentes, colocando-a à disposição de todos os vereadores e da sociedade via sistema SAPL.

Igor Soares  
Igor Soares Silva  
Presidente

Eltinho  
Elton Cláudio Pimentel Gontijo  
Secretário

Eduardo Estrutura  
Eduardo José da Silva  
Membro

Alexandre Simão de Araújo  
OAB/MG 76.431  
Procurador da Câmara Municipal